

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

CONSELHO SUPERIOR

Reunião Ordinária de 04 de agosto de 2016

1 Aos 04 dias do mês de agosto de 2016, o Conselho Superior do IFSul realizou reunião ordinária,
2 dirigida pelo presidente, Marcelo Bender Machado, e com a presença dos conselheiros Luis
3 Afonso Tavares Alves da Fonseca, Claire Gomes dos Santos, Fernanda Cristina Camillo, José Luiz
4 Lopes Itturriet, Diego Alessandro Pereira dos Santos, Braulio Sergio Mewius, Álvaro Luiz Carvalho
5 Nebel, Carlos Alberto Soares da Silva, Marilice Chapper, Emanuel Marques Queiroga, Osni da
6 Costa Rodrigues, Geraldo Dias Barbosa, Pablo Machado Mendes, Emerson da Rosa Rodrigues,
7 Marco Antônio da Silva Vaz, Isabel Castro Bonow, Guilherme da Silva Aguiar, Aline de Souza
8 Nunes, Roberta Bermudes dos Santos Silva, Miguel Ângelo Pereira Dinis, Ana Paula Vaz Albano,
9 Rafael Leal Perez, Leandro da Silva Camargo, Max Lindoberto Castro Gonçalves, Letícia Santos
10 da Silva, Jiovana Sousa Gomes, Fabian Eduardo Debenedetti Carbajal, Daiane da Silva Gomes,
11 Bruna de Oliveira Farias, Cristian Oliveira da Conceição, Fabrício Luis Haas, Fernando Barkert,
12 Marcelo Leivas Lucena, Rafael Blank Leitzke, Milton Britto de Almeida, Maria Regina Rosa Lima,
13 Daiani Nogueira Luche, Silvia Elena Koth Sedrez, Alexandre Pitol Boeira, Silvana Lurdes Maschio,
14 Juliano Poleze, Luciana Neves Loponte, Antônio Pedro da Silva Júnior, Marcos Roberto Miranda
15 Prietto, Iago Gutierri Machado dos Santos, Érico de Ávila Madruga, Caciane Barbosa Mesko,
16 Mack Léo Pedroso, Tomaz Fantin de Souza, Marlise Sozio Vitcel, Alison Santos Martins, Gelson
17 Luis Peter Corrêa, Moisés Beck, Voldinei Vargas da Costa, Flávia Katrein da Costa. Justificaram a
18 ausência os conselheiros Daltro Ben Hur Ramos de Carvalho Filho, Letícia Rehbein Jeske, Renato
19 Louzada Meireles, Ademir Dorneles de Dorneles, Douglas Medeiros Vieira Madruga, Gisele
20 Schweickardt, Januza da Silva Pereira, Edimara Luciana Sartori, Gláucia Carine Tasso dos Santos,
21 Renan Garcia Nunes e Mauro Castro Martin. Presentes também Janete Otte, Ana Maria Geller,
22 Marilvana Giacomelli Tavares, Adelaide Marli Neis, Ricardo Pereira Costa, Manoel José Porto
23 Júnior, Marcos André Betemps Vaz da Silva, Mauro André Barbosa Cunha, Cátia Cilene Mello
24 Alano, Karen Nunes Montes D'Oca, Ana Cláudia Kohls Colvára, Leandro Borges Fagundes e
25 Laerte Karnopp. Após cumprimentar os presentes, o presidente pediu que havendo informes a
26 serem dados, os interessados se inscrevessem. A convidada Ceila Rejane Mendonça Soares
27 convidou para o **5º Encontro de Bibliotecários do IFSul**, a ser realizado no câmpus Pelotas, em
28 setembro, quando será discutida a construção do regimento do sistema de gerenciamento das
29 bibliotecas. O conselheiro Geraldo Barbosa convidou para o **curso de cubos mágicos**, a
30 acontecer nos dias 03 e 04 de setembro, em parceria com o SESC. A conselheira Luciana Loponte
31 convidou para a **10ª MOCITEC**, dias 25 e 26 de agosto. O pró-reitor Marcos Betemps informou
32 sobre a aprovação, pela CAPES, do **Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede**,
33 sendo que a primeira edição será sediada pelo câmpus Charqueadas, com provável início em
34 março 2017, oferta de 400 vagas anuais e participação de 11 docentes de vários câmpus do
35 IFSul. O presidente disse que o projeto surgiu do trabalho do fórum de pró-reitores de pesquisa
36 e extensão do CONIF e destacou o trabalho da professora Cristhianny Barreiro, fundamental

37 para a aprovação do projeto. Reportou-se às últimas agendas em Brasília, salientando o
38 momento diferenciado vivido pelo MEC, com a necessidade de total realinhamento às novas
39 políticas de educação; reforçou o trabalho que vem realizando a fim de garantir as políticas já
40 existentes na educação no Brasil e na garantia do orçamento para 2017; que uma das pautas
41 que vêm buscando é a consolidação dos institutos com a garantia de infraestrutura e o quadro
42 de servidores suficientes. Lembrou que segunda-feira o PL 257 entrou em pauta no Congresso,
43 contra o qual o CONIF tem se manifestado fortemente contrário. Conclamou os diretores a se
44 posicionarem nesse movimento, lutando para que nos leve a um caminho onde possamos
45 manter nossos princípios de qualidade e oferta inclusiva, com respeito à sociedade brasileira.
46 Na terça-feira anterior a pauta no Congresso era o marco legal da informação, mas também teve
47 ação do CONIF junto à equipe que conduzia a redação do Projeto de Lei de Diretrizes
48 Orçamentárias (PLDO) e que não constava nenhuma possibilidade de concurso para institutos e
49 universidades até 2018, se não houvesse destaques, o que ocorreu através do senador
50 Wellington Fagundes, do Mato Grosso, redator do PLDO, que colocou um destaque permitindo
51 que o MPOG fizesse concurso para até 22.000 servidores para toda a Esplanada; que será preciso
52 ainda lutar para garantir a prioridade para saúde, educação, universidades e institutos federais.
53 Em relação ao orçamento para o qual estão sendo feitas as discussões prévias, há um aceno de
54 se conseguir o mesmo montante deste ano, o que preocupa enormemente. A secretária
55 Marilvana Tavares leu o **memorando da Auditoria** para o Conselho, informando que, conforme
56 o art. 13 da IN 24/2015, encaminhou ao presidente o relatório parcial trimestral e que,
57 concluídos os trabalhos, o relatório final será encaminhado ao CONSUP. Solicitou que os
58 conselheiros, ao se manifestarem, se identifiquem, bem como o câmpus que representam,
59 visando facilitar o trabalho da secretaria. A seguir, foram submetidos à apreciação os **nomes dos**
60 **diretores eleitos** para mandato complementar, até as eleições gerais da instituição, conforme o
61 Decreto 6986, Cristian Oliveira da Conceição e Giulia D'Ávila Vieira, respectivamente dos câmpus
62 Venâncio Aires e Bagé, que foram homologados. Após foi lida a nominata dos conselheiros com
63 pedido de **vacância** em virtude de faltas, término de curso ou afastamento: Diego Braga de
64 Castro, Luísa Seus, Roni Artur da Silva, Fábio Alexandre Winter, Bráulio Sérgio Mewius e Aline
65 San Martin, que foi aprovado. Após foram **empossados conselheiros**, para mandato de dois anos
66 ou complementação. O presidente pediu autorização para alterar a ordem da pauta,
67 antecipando o **Regimento Interno do PIBID** em virtude de o conselheiro Nelson Reyes Marques,
68 responsável pelo tema, estar participando de ação com avaliadores do INEP, aceita. O
69 presidente colocou em apreciação a **ata 02/2016**, que foi aprovada, com o pedido de retificação
70 do nome do chefe de ensino do câmpus Sapucaia do Sul, na linha 156, para Fábio Roberto
71 Moraes Lemes. O conselheiro Nelson Marques explicou que a proposta de inclusão de inciso no
72 art. 22 do Regimento Interno do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência –
73 PIBID, garantindo um representante de cada licenciatura, objetiva permitir-lhes maior
74 participação e foi aprovada por unanimidade. A seguir, foram submetidas à apreciação as
75 **portarias ad referendum n.ºs. 1543, 1569, 1605, 1606, 1609; 1637, 1697, 1720, 1855, 1856,**
76 **1860 e 1886/2016.** A conselheira Marlise Vitcel pediu que a portaria 1697 fosse apreciada
77 posteriormente, junto com a retirada da CD-4 do câmpus Sapucaia do Sul, uma vez que vai ao
78 encontro do que solicita como ponto de pauta, discutindo os dois agora ou junto com a referida
79 pauta. O presidente propôs que a discussão fosse mais tarde, junto com a pauta 27, o que foi
80 aceita. As demais portarias foram homologadas por unanimidade. Observando a existência de
81 quórum qualificado, necessário para alterações no **Regimento Geral**, o diretor Mauro Cunha
82 apresentou a proposta de incluir o **art. 172 a**, definindo que aos detentores de CDs, FGs ou FCCs
83 compete a responsabilidade da carga patrimonial ligada a seu ente administrativo. Explicou que
84 nas reuniões para discussão dos regimentos internos dos câmpus e também a partir de uma fala

85 do Auditor Geral, que compareceu na última reunião, se chegou à conclusão de que essa
86 competência deveria constar nos regimentos internos; para que não constasse em todos os
87 regimentos internos, viria para o regimento geral, que será válido não só para os câmpus, mas
88 também para a reitoria. O representante do Auditor Geral na reunião, servidor Laerte Karnopp,
89 disse que esta proposição tem origem em alguns trabalhos de auditoria que vêm sendo feitos
90 na área de patrimônio, com base no Decreto Lei nº 200/67, que apesar de antigo continua em
91 vigor, disciplinando vários aspectos da administração pública federal e no art. 87 dispõe que
92 bens móveis patrimoniais e equipamentos em uso ficarão sob a responsabilidade dos chefes de
93 serviço, que o entendimento é que estes servidores que coordenam e possuem colegas
94 diretamente vinculados à utilização desses bens e pela própria questão lógica do controle, são
95 as responsáveis por este patrimônio. Tem também a IN 205/88, que embasa questões de
96 almoxarifado e patrimônio e que define a carga como sendo de efetiva responsabilidade pela
97 guarda e uso do material pelo seu consignatário; disse que por diversas vezes a auditoria já tem
98 se manifestado nesse sentido, um entendimento que já se tem consolidado e diante disso é a
99 proposta que a DDI faz. O diretor Mauro Cunha disse que a proposta vem das reuniões com as
100 comissões e é feita pelo reitor. O conselheiro Antônio Silva Jr. primeiramente dirigiu-se à
101 secretaria e disse que certas documentações não estão chegando da forma como deveriam para
102 que se possa ter uma discussão qualificada, que este é um item que recebeu apenas como
103 proposta e arquivo anexado, que o texto original até ficou meio difícil de saber por que e de
104 onde surgiu essa proposta; que acha complicado e prejudicial votar um item do regimento geral
105 a partir de um documento que foi construído por várias pessoas e comissões e pela explicação
106 que foi dada agora; que embora ainda não tenha tido um encontro com colegas do câmpus por
107 estarem em período de férias, alguns veem problemas nesse item porque não consta em
108 nenhum outro elemento seja no regimento geral, regimento interno, organização didática, algo
109 sobre responsabilidade patrimonial; só o problema é a carga patrimonial em relação às pessoas
110 que têm FCC, coordenadores de cursos que entendem que essa é uma atividade pedagógica mas
111 a carga patrimonial seria algo que extrapola as questões de responsabilidade dessas pessoas,
112 então coloca é complicado votar uma alteração hoje de artigo de regimento geral sem ter havido
113 antes uma discussão mais ampla entre as comunidades, para saber o posicionamento. Disse que
114 no câmpus, em relação aos que têm FCC que já têm responsabilidade pedagógica, mais a
115 responsabilidade patrimonial seria complicado; poderia ser com relação as outras pessoas, mas
116 ficaria a questão da FCC nesse grupo. O diretor Mauro Cunha explicou que foi na reunião das
117 comissões que o foi pedido para constar esse item, que viria para o regimento geral para não
118 ter que constar em todos os regimentos internos; na reunião foi discutido, chamaram a
119 Auditoria para explicar e foi dada essa explicação que o servidor Laerte nos deu hoje. O
120 conselheiro Cristian Conceição reforçou que na última reunião todos pediram que esse tópico
121 fosse incluído nos regimentos internos, que todos os câmpus estavam, que Charqueadas estava,
122 então por que não colocar no regimento geral. Posta em votação, a proposta de alteração do
123 regimento geral, com a inclusão do art. 172a, foi aprovada com 45 votos favoráveis, 02
124 contrários e 06 abstenções. O conselheiro Milton Almeida pediu para fazer uma retificação pois
125 colegas do câmpus Pelotas pediram que incluísse na pauta desta reunião uma discussão da OD
126 geral e não como consta na pauta, discussão específica da OD do câmpus Pelotas, até porque o
127 câmpus Pelotas não tem uma OD específica, é apenas um anexo da OD geral; expôs a
128 necessidade de que o Conselho abra, se possível a partir de hoje, uma discussão ampla sobre a
129 **Organização Didática** que vigora no IFSul como um todo; que no momento estão fazendo uma
130 avaliação e uma discussão no que diz respeito ao câmpus Pelotas e durante essa discussão estão
131 verificando que existem alguns pontos da OD geral que impactam diretamente com o anexo dos
132 câmpus e que precisam ser reavaliados, até porque nossa OD já tem mais de 5 anos; e a OD de

uma instituição como a nossa deve estar em permanente em avaliação e discussão, porque nós professores do câmpus Pelotas entendemos que, assim como a educação ela é dinâmica e evolui, é um processo. Citou algumas questões que parecem fundamentais e quer propor a este Conselho que abra, talvez constituindo uma comissão ou outra metodologia que entenda adequada a serem discutidas, a discussão da OD como um todo, por exemplo, a questão da matrícula, que hoje não está claro na OD se cada câmpus, cada unidade, tem autonomia para estabelecer o seu regime de matrículas ou não; a questão de avaliação também não é clara, como cada câmpus deve definir as suas questões de avaliação, tanto de estudantes como de seu processo de ensino-aprendizagem como um todo. Ratificou estar trazendo em nome de alguns colegas a proposta de que o Conselho estabeleça, a partir de hoje, alguma metodologia para discussão da OD do IFSul como um todo. O pró-reitor Ricardo Costa explicou que todas as questões nunca estão fechadas, estão em processo permanente de avaliação e sempre que ocorre alguma situação ou alguma impropriedade, ela é imediatamente corrigida; quem acompanha pela nossa página na parte de documentos, todos os câmpus que fizeram sua revisão e encontraram alguma situação de algum item que precisasse ser revisado, a pró-reitoria tem feito; que tem 7 revisões feitas pelos câmpus, 2 já feitas na OD geral e sempre que um câmpus está fazendo o trabalho de revisão do seu anexo e encontrando qualquer situação que incorra um dificuldade repassa à pró-reitoria, que trabalha e repassa para aprovação deste Conselho. Solicitou que todas as questões pontuais, inclusive de ordem judicial, sejam encaminhadas à PROEN para que possam ser trabalhadas e levadas como resolução, talvez à Câmara de Ensino, num processo de auxílio ao Conselho; que a OD do Instituto foi aprovada em outubro 2012, é um processo amplo e tem sido avaliado constantemente; que há poucos dias chegou demanda do câmpus Pelotas questionando a quantidade de dias de licença que um aluno tem direito por falecimento de familiar, que isso não é explicado na OD, mas que estão avaliando para definir e trazer ao Conselho; também não constava na OD o direito de defesa do aluno; foi feito um trabalho e trazido ao Conselho; qualquer apontamento, mesmo numa avaliação de curso superior, é trabalhado dentro da legislação e trazido ao Conselho para que seja corrigido; que toda demanda é trabalhada e registrada documentalmente. O conselheiro Milton Almeida disse então que a metodologia que está sendo utilizada é o encaminhamento das demandas à PROEN que se responsabiliza pelo envio ao Conselho. O pró-reitor Ricardo Costa disse ser sempre um trabalho conjunto com os chefes de ensino, pois é um trabalho de revisão permanente; que há temas que não se consegue esgotar; alguns se esgotam na legislação e tem dificuldade na aplicabilidade; que a dependência é um deles, que continua sendo estudada e sempre há uma preocupação muito grande nesse sentido, registrada nas atas da Câmara de Ensino. Gostaria que na revisão do anexo do câmpus Pelotas, que atende à maioria dos câmpus enquanto ainda não têm os seus aprovadas, é importante que repassem essas questões que vão aparecendo, através da direção do câmpus, para que a pró-reitoria possa, junto com este colegiado, tratá-las e resolvê-las imediatamente. O conselheiro Milton Britto manifestou-se satisfeito com a explicação recebida. O presidente, Marcelo Bender, pediu que todos os colegas sejam informados da existência de fluxo constante para questões da OD e o usem, propôs que se mantenha até outubro de 2017, quando completa 5 anos e quando poderá ser aberto espaço, até via web, para ações que cheguem a todos, para alterações de forma mais estrutural e amadurecida; que algumas podem estar nos anexos, mas outras poderão estar na OD geral. O conselheiro Milton Almeida disse que a proposta do presidente atende sua proposição, pois o desejo do câmpus Pelotas, que representa, é de uma ampla discussão para análise frente a novas situações e correção de possíveis discrepâncias. A proposta do presidente, de fazer ampla discussão das bases estruturantes da OD, após outubro 2017 e, até lá, manter o fluxo câmpus, pró-reitoria, conselho, foi submetida à votação e aprovada por unanimidade. O conselheiro

bu

m

z

z

A

z

z

z

z

z

z

z

z

z

z

z

z

z

z

z

z

z


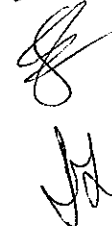


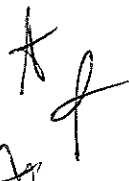
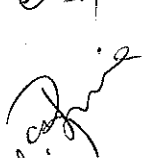
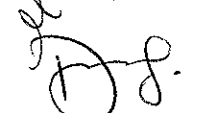



z

181 Milton Almeida manifestou-se sobre o **Mestrado Acadêmico em Educação**; escusou-se com o
182 pró-reitor da PROPESP por atropelar a competência, a qualificação e a sempre atenta
183 participação da pró-reitoria, para atender os colegas do câmpus; que a intenção era trazer para
184 conhecimento, discussão e apreciação deste Conselho um processo que está em andamento no
185 câmpus Pelotas de implantação de um mestrado acadêmico em educação e tecnologia. Disse
186 que o processo já foi encaminhado através da PROPESP à CAPES para apreciação, visando dar
187 prosseguimento a um processo iniciado com o mestrado profissional e está na iminência de ser
188 aprovado, com possibilidade de implantação no primeiro semestre letivo 2017; que para isso
189 precisa que o Conselho diga que o IFSul tem interesse no curso; que o corpo docente e a massa
190 crítica é o que existe hoje e uma pequena questão de área física precisa ser negociada com a
191 direção do câmpus Pelotas. O pró-reitor Marcos Betemps chamou a atenção que em anos
192 anteriores o Conselho aprovou algumas propostas de mestrado para submetê-lo ao APCN; que
193 este ano o APCN alterou sua estrutura até por entender que, às vezes, as instituições aprovavam
194 os cursos no Conselho Superior e encaminhavam à CAPES, onde não era aprovado; aí o Conselho
195 dizia, mas nós aprovamos; para evitar essa questão a CAPES modificou o procedimento; que
196 desde o ano passado estamos trabalhando da seguinte forma nas propostas de cursos a serem
197 submetidas: o diretor do câmpus e o chefe de departamento de pós-graduação trabalham com
198 sua equipe; finalizada a proposta ela é submetida no APCN; ao final do processo a pró-reitoria
199 entra no sistema e diz que o curso está previsto, é uma demanda do câmpus e o que o sistema
200 pede é a autorização da pró-reitoria para que a proposta possa ser avaliada; antes eles pediam
201 aprovação do órgão máximo da instituição, agora o APCN pede o reconhecimento da pró-
202 reitoria e o trâmite desse processo é a pró-reitoria submeter à CAPES e iria trazer para este
203 Conselho já com o parecer da CAPES, para que o Conselho pudesse se manifestar. O
204 encaminhamento ao Conselho antes de ser encaminhado à CAPES é numa perspectiva de, em
205 sendo aprovado o projeto que está sendo submetido, o processo seletivo para um mestrado
206 acadêmico teria que acontecer em outubro desse ano; então o grupo de professores ficou com
207 receio de não ter tempo hábil, pedindo que o representante do câmpus o trouxesse ao
208 Conselho; que se tivesse encaminhado à pró-reitoria, esta teria anexado o projeto pedagógico,
209 documento que vai subsidiar; esta é a situação: a PROPESP submeteu, o projeto está bem
210 estruturado, o banco docente está qualificado, estando no aguardo do parecer da CAPES. Este
211 Conselho pode aprovar o projeto pedagógico; em aprovando, ao chegar o parecer da CAPES ele
212 está apto para ser aprovado; talvez precise sair uma portaria *ad referendum*; que a pró-reitoria
213 iria trazer para o Conselho somente depois da aprovação da CAPES mas a opção do câmpus foi
214 trazê-la para o CONSUP; que só ficou sabendo agora da intenção de aprovar antes do parecer
215 da CAPES, o que explica não ter vindo acompanhado do projeto pedagógico; que o Conselho
216 tem que deliberar se vai aprovar a proposta agora, se quer colocar para o próximo Conselho, se
217 a pró-reitoria encaminha o projeto pedagógico para análise dos conselheiros; lembrou que não
218 foi feito nenhum procedimento equivocado, o APCN foi submetido de acordo com as normas da
219 CAPES e com o parecer favorável da pró-reitoria após solicitação do câmpus; não foi só esse
220 curso submetido, também submeteu uma proposta de mestrado profissional em química
221 industrial, também do câmpus Pelotas, mas o Conselho ainda não soube desta proposta porque
222 assim como se faz a especialização; por exemplo, aprovamos hoje uma *ad referendum* de
223 especialização do câmpus Passo Fundo; a especialização veio com documento dizendo que a
224 Câmara de Pesquisa e Pós-graduação do instituto deu parecer favorável; o corpo técnico deu
225 parecer favorável, por isso deu subsídio para a *ad referendum* já que havia questão de prazos;
226 agora aqui poderíamos trabalhar de forma diferente, aprovar a proposta do curso e ficar
227 aguardando a CAPES, dando sequência aos procedimentos se o parecer for favorável; mas o
228 Conselho é que tem que definir; que podemos passar pela nossa câmara de pesquisa, mas não

temos essa prática porque já está numa câmara técnica científica da própria CAPES, sendo desnecessárias duas avaliações. A conselheira Marlise Vitcel considerou ser difícil dar um parecer na falta de documentação; que se for possível trazer o parecer anterior à avaliação da CAPES, com documentação e se o câmpus achar importante analisar antes da referida avaliação, pode ser analisado. O conselheiro Carlos Silva disse que jogar a aprovação para o Conselho é complicado porque se fica numa situação assim: ou zela pelo trâmite a ser cumprido ou vamos estar abrindo exceções; que, por outro lado, ao não defender que o projeto deva ser votado aqui, parece que o Conselho está sendo contrário ao curso; isso é o mais complicado, como vem para o conselho assim, como se sente aqui hoje, conselheiro, representante dos docentes do Câmpus Pelotas-Visconde da Graça, se votar contra, porque acha que os trâmites devem ser seguidos, está contra o câmpus Pelotas; se votar pela aprovação do curso sem aprovação da CAPES, então pra que existir esse rito? Então vamos aprovar junto com o curso de química que não está na pauta; a situação não deve chegar neste ponto, alguém antes deveria tomar uma atitude antes, não deixando que o assunto entrasse na pauta, justificando que deveria ser acompanhado de documentação, como tem sido feito, para evitar que se tenha que fazer isso aqui. O pró-reitor disse que foi trazido aqui porque o Conselho é soberano; que antes da reunião conversou com o conselheiro Milton, que tem uma perspectiva diferente; que o conselheiro está atendendo demanda dos colegas do câmpus que querem aprovação de uma proposta de mestrado que está submetida à CAPES; na perspectiva do pró-reitor poderia ter vindo encaminhado pela pró-reitoria, o que dava subsídio para que o Conselho pudesse apreciar, que o Conselho pode aprovar ou não o mestrado; que se aprovamos um curso de mestrado não aprovado pela CAPES, podemos fazer este mestrado? Podemós, mas não vai ser reconhecido pela CAPES, um mestrado sem reconhecimento. O Conselho tem o poder de dizer se um curso é ou não ofertado, a partir de um parecer favorável da CAPES; a preocupação era de que, se ao ter o parecer, o Conselho já tivesse uma pré-aprovação do projeto, este é o ponto principal em pauta. Propôs que a PROPESP apresente o projeto pedagógico submetido à CAPES na próxima reunião, quando o Conselho vai decidir se vai dar o parecer favorável a partir da avaliação da CAPES ou se vai aguardar o parecer da CAPES para depois se manifestar. Tudo foi questão de tramitação, pois se tivesse chegado na PROPESP em tempo hábil seria incluído na pauta com a documentação que serve de base à análise do projeto como um todo. Ficou aprovado o retorno do assunto a este Conselho na próxima reunião, pelo pró-reitor da PROPESP, após aprovação do projeto pedagógico da CAPES. O presidente pediu autorização do conselho para alteração na pauta, considerando que o pró-reitor da PROPESP deverá se ausentar, uma vez que está participando de comissão de avaliação do curso no Câmpus Pelotas-Visconde da Graça, com o que os conselheiros concordaram. O conselheiro Pablo Mendes solicitou à reitoria a elaboração de **calendário para editais de afastamento**, o que já foi discutido ano passado e foi falado por alto, sem nada no papel, que deveria ser feito de seis em seis meses, uma vez por semestre; solicita um calendário com prazo alongado que permita a organização dos documentos necessários em tempo hábil. O pró-reitor Marcos Betemps lembrou que o regulamento para capacitação docente estabelece dois editais no ano, um por semestre; disse que este ano, o de meio de ano está atrasado e será lançado em princípio na próxima semana, por dois fatores; que os nossos editais têm previsão de serem em junho para afastamento no segundo semestre e em outubro para afastamento no primeiro semestre; o que houve com o segundo semestre 2016: houve um certo tumulto na SETEC no que se refere ao período de eleições; se lembram o nosso edital de afastamento de 2014 para o segundo semestre teve que ser antecipado em função das eleições presidenciais e não podia fazer concurso para substituto a partir de 1º de julho 2014; este ano entendemos que, como o pleito era municipal, não haveria problemas, mas começaram a surgir na SETEC algumas documentações dizendo que não poderia mudar pessoas,

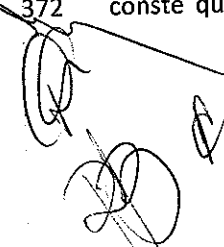
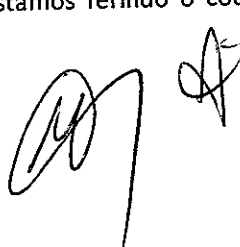




277 fazer redistribuição, concurso ou contratar; que estamos com o edital para ser lançado em julho,
278 com contratações em agosto, setembro e outubro e pela documentação que se tinha da SETEC
279 não poderia ser feito; até se ter clareza e definição de que não isso se aplica, atrasou o edital;
280 então, embora tenha previsão, é preciso estar atento a essas situações; que a cada quatro anos
281 o edital do meio do ano terá que ser lançado com muita antecedência para dar conta do período
282 eleitoral; que a cada dois anos teremos que ter o mesmo cuidado para atender toda a legislação
283 e não ter restrição nesse período; outra coisa que também atrasou é que também estamos
284 lançando junto com o edital de ressarcimento da pós-graduação; que vários colegas recebem
285 ressarcimento de pós-graduação e a publicação de uma IN da reitoria se estabeleceu regras
286 para concessão desse ressarcimento; então PROPESP, PROGEP e PROAP começaram a estudar
287 e definiram que os dois editais devem ser lançados juntos porque um está atrelado ao outro;
288 isso não impede a demanda do Pablo, de fazer um previsão dos editais, o que se refere à
289 PROPESP, que foi feito previsão nos anos anteriores, mas com os cortes do orçamento, a
290 previsão não deu certo. Lembrou que, para dar transparência, estão disponíveis na página do
291 IFSul os períodos de saída e retorno dos afastamentos de todos os servidores e mostrou o
292 caminho para visualizá-lo. O presidente lembrou que a data de retorno é uma previsão, pois o
293 servidor pode concluir e retornar antes ou solicitar prorrogação de prazo e retornar mais tarde,
294 ou tem direito a uma licença e o grupo a que está vinculado concordar que tire essa licença. O
295 pró-reitor disse, sobre calendários, que o regulamento prevê que devem ser a cada semestre,
296 mas acredita que pode estabelecer uma previsão no ano anterior, como exercício já para o
297 próximo semestre. Que lançado esse edital, logo pode sair uma previsão para os colegas se
298 organizarem porque edital de afastamento é um edital que requer muita documentação. Que
299 vai considerar a demanda do câmpus Camaquã para poder organizar isso. Mostrou que, como
300 uma ação de transparência da gestão e capitaneada pela PROGEP, na página principal da
301 instituição, ao final do menu à esquerda, no link acesso à informação, clicando em "servidores",
302 aparecem todas as questões de concursos públicos, portal da transparência, demonstrativo
303 atualizado do quantitativo de ocupação dos TAEs, com planilha de todas as ocupações de cargos
304 de TAEs do instituto; também vai localizar a relação de afastamentos dos servidores docentes,
305 onde existe planilha com todos os docentes nominados de cada câmpus, onde estão fazendo o
306 curso, qual curso, em que área, quando saíram, quando é o término do afastamento previsto,
307 numa ação de transparência organizada pela CODEPE e resultado dos editais da
308 PROGEP/PROPESP; na mesma página existe a lista de todos os servidores TAEs afastados por
309 câmpus, por unidade, nome da instituição, curso, início e fim do afastamento; sugeriu que os
310 conselheiros repassem a existência dessa informações na página, pois às vezes há
311 desinformação. A conselheira Daiani Luche falou sobre a campanha **Diversidade sexual é bem-**
312 **vinda aqui**; explicou ter sido procurada antes da reunião anterior, mas já fora do período de
313 encaminhamento de pauta, a pedido do colega Ulisses Cava; que na ocasião sugeriu que o colega
314 procurasse o NUGED do câmpus e fizesse a solicitação; que ele tentou contato mas não
315 conseguiu o que desejava; que o mesmo tentou fazer a campanha nesses moldes na sua
316 coordenadoria e foi de certa forma rechaçado, que a campanha foi ridicularizada; que gostaria
317 de ter do CONSUP uma nota de apoio à campanha para que a mesma seja estimulada em todo
318 o IFSul, onde deve ser coibida a homofobia, e onde as pessoas da comunidade LGBT possam se
319 sentir à vontade e que não sofram mais como ele sofreu; que ele contou a história pessoal e
320 autorizou a contar no CONSUP; que antes ele não falava que era homossexual e que várias vezes
321 ele entrava na coordenadoria e as pessoas estavam debochando; que a gente conhece os tipos
322 de deboche e isso ainda acontece; que nessa tentativa de campanha que ele fez no curso de
323 eletrônica ele colocou um cartaz e o próprio cartaz foi ridicularizado, que a intenção dele é que
324 o CONSUP faça essa nota de apoio para que os NUGEDs de todos os câmpus possam fazer essa

325 campanha de conscientização articulados, que ela possa chegar à comunidade LGBT e suas
326 famílias, aos servidores, porque a diversidade sexual não deve ser motivo de deboche; as
327 pessoas têm que se sentir à vontade na instituição e hoje é comum em vários lugares campanhas
328 até em inglês *gay friendly*; que é nessa direção esta campanha e que a homofobia seja coibida
329 e o que deseja é a nota de apoio para que a campanha seja divulgada em todo o IFSul através
330 dos NUGEDs. O pró-reitor Manoel Porto Jr. considerou salutar trazer o assunto para o CONSUP
331 e disse que o câmpus Pelotas desenvolveu uma campanha bem legal inclusive com a divulgação
332 de cartazes; que o NUGED tem um trabalho efetivo lá; tem alguns cartazes com os dizeres "não
333 escolhi ser homossexual, nasci homossexual" "que a mulher deve estar em todo lugar"; que teve
334 um encontro de NUGEDs em Sapucaia do Sul, que talvez seja o NUGED mais atuante hoje com
335 um trabalho bem efetivo junto à comunidade; que foi bonito ver o câmpus aberto para a
336 diversidade, com as diferenças que todos temos, de gênero é uma das diferenças que temos,
337 são várias, de etnia, religiosas e essa é uma que sofre muito preconceito; já temos uma política
338 de inclusão e acessibilidade no IFSul que versa sobre isso e diz que no IFSul não pode ter esse
339 tipo de preconceito ou perseguição; já aprovamos o uso do nome social para aqueles que optam
340 por assumir a identidade de gênero diferente daquele que nasceu, não sabe se é necessário algo
341 mais do que já existe; acha que levar apoio, dizer que o Conselho da instituição já tem hoje
342 documentos que reprovam condutas desse tipo, mas que se sabe que isso é cultural, vivemos
343 numa sociedade machista e temos que combater isso no dia a dia; que temos documentos
344 aprovados, vinculados num trabalho baseado na pró-reitoria mas é uma atuação que é
345 transversal, que são as ações inclusivas que passam por todas as áreas; trouxe os cartazes que
346 estão espalhados pelo câmpus talvez motivado por esse problema que aconteceu mas, sem
347 dúvida é uma batalha que todos nós temos que travar, de lutar contra os preconceitos que
348 temos; é um primeiro passo para combater as discriminações que temos na instituição; então
349 essa é uma campanha bem legal que está acontecendo no câmpus Pelotas e o NUGED tem que
350 dar força para essas ações, que vai continuar fazendo encontro de núcleos e a sabemos que não
351 é de uma hora para outra que se vence essa discriminação, inclusive estamos numa escalada na
352 nossa sociedade de aumento da intolerância e do ódio, entre outras coisas, aos homossexuais e
353 o público LGBT e temos que estar atentos a isso. A conselheira Daiani Luche ratificou o pedido
354 da nota de apoio; disse que esta campanha ela não conhecia, que os cartazes foram colocados
355 somente nesta semana e que, segundo o Ulisses, o NUGED não está sendo tão atuante como
356 deveria; ele dá a sugestão que a campanha seja levada para as coordenadorias, os setores, que
357 fosse feita uma conversa a respeito com as pessoas e isso não aconteceu, tipo palestras para os
358 estudantes, chamar os familiares dos estudantes, dar mais apoio para esses estudantes que se
359 declaram homossexuais e que tem problema com a família; que a instituição também tem que
360 dar apoio psicológico para eles pois ele disse que alguns chegam em casa e levam surras por
361 serem homossexuais; ele pediu que tivesse uma campanha mais efetiva; por isso é importante
362 o apoio do CONSUP, que é chato chegar e dizer que já existe uma campanha, que começou essa
363 semana por conta desse pedido dele. O presidente disse então que seria uma nota do Conselho
364 reforçando o apoio junto aos núcleos. A conselheira Marlise Vitcel disse que as palavras do
365 Manoel foram acolhedoras, mas que quando uma demanda chega ela deve ser acolhida, que se
366 ele fez essa demanda é porque está sentindo uma forma de exclusão, de preconceito então
367 temos que acolher a demanda, entende que temos colegas homofóbicos mas enquanto
368 Conselho é importante que se faça esse documento de apoio e nele deve constar a questão legal
369 e criar espaços onde expor o que se está fazendo; que em Sapucaia não foi um problema mas
370 se debateu de frente; isso acaba criando problemas nos nossos espaços institucionais e que
371 deveriam ser tratados com naturalidade; que no documento que está sendo proposto que
372 conste que estamos ferindo o código de ética quando tratamos de forma diferenciada em





373 relação à sexualidade, à religião e outros; que traga também a legislação; que a gente não vai
374 curar a homofobia dos colegas mas que a gente situe eles; que mesmo sendo homofóbicos eles
375 devem tratar com respeito toda a comunidade acadêmica. O pró-reitor Manoel Porto Jr disse
376 não ser contrário à nota, disse apenas que já existem documentos e sugeriu que a conselheira
377 Marlise Vitcel, que é do NUGED, e a conselheira Daiani Luche façam a redação da referida nota
378 para ser aprovada pelo Conselho e colocou o Departamento de Ações Inclusivas à disposição
379 nessas atividades, que parece já houve uma mobilização a partir dessa denúncia; que os NUGEDs
380 são abertos à participação; que foram instituídos por portarias mas podem ser agregadas outras
381 pessoas; que o trabalho do câmpus Pelotas está começando, as pessoas têm boa intenção de
382 fazer essa luta e apoio todo mundo quer. A conselheira Marlise Vitcel disse não se sentir à
383 vontade para elaborar o documento porque não tem todo o conhecimento jurídico que gostaria
384 que a nota contivesse. O presidente colocou em votação a proposta da conselheira Daiani Luche,
385 ou seja, a nota de apoio às ações dos NUGEDs. A conselheira Daiani Luche disse que gostaria
386 que fosse o apoio à campanha Diversidade sexual é bem-vinda aqui, que está sendo veiculada
387 no câmpus Pelotas e para que ela se estenda a todo o instituto. Colocada em votação a proposta
388 foi aprovada por unanimidade. O presidente perguntou se alguém gostaria de fazer a redação
389 ou se pediríamos ao Departamento de Ações Inclusivas, junto com quem propôs. Foi proposto
390 e aprovado por unanimidade que o Departamento de Ações Inclusivas elabore a nota de apoio.
391 O pró-reitor Ricardo Costa disse que o curso **Técnico Florestal** ofertado pela UTU deve ser
392 incluído no POV, reservando 16 vagas para estudantes brasileiros e 16 para uruguaios. O
393 conselheiro Emanuel Queiroga perguntou de quem seria a responsabilidade, tendo o pró-reitor
394 respondido que é da UTU junto com o câmpus Santana do Livramento. A inclusão do curso foi
395 aprovada por unanimidade. A seguir, foi colocada em discussão a **retificação do PPC Técnico em**
396 **Edificações, do câmpus Avançado Jaguarão**. O pró-reitor Ricardo Costa disse que a PROEN
397 encaminhou parecer favorável. A conselheira Flávia Costa disse ter dúvida sobre o documento
398 encaminhado pelo câmpus, pois é uma atualização dos recursos humanos e consta o nome de
399 um servidor técnico-administrativo que não é mais servidor do instituto, foi redistribuído então
400 está desatualizado e precisa ter seu nome retirado. A retificação do PPC foi aprovada por
401 unanimidade, com a alteração solicitada pela conselheira. Foi colocado em pauta o **PPC Técnico**
402 **em Meio Ambiente, do câmpus Pelotas-Visconde da Graça**. Não havendo destaques, foi votado
403 e aprovado por unanimidade. O assunto seguinte foi a **revisão da regulamentação dos**
404 **componentes curriculares a distância**. O pró-reitor Ricardo Costa explicou que a inclusão do
405 artigo visa permitir a participação de todas as licenciaturas; que é uma revisão das resoluções
406 70 e 71; que identificaram algumas questões que ficaram fora, como o § 7º em relação aos
407 cursos técnicos, já tinha uma determinação do Conselho Nacional de setembro 2012 e a
408 retomou isso; que encaminhou a IN que diz como utilizar as TICs. Que é lei, mas que estamos só
409 regulamentando. A proposta foi aprovada por unanimidade. A conselheira Daiane Gomes falou
410 sobre o edital de **remoção/redistribuição**. Disse que o assunto foi trazido à pauta novamente
411 porque na reunião do CONSUP de 29 e 30 o câmpus Avançado Jaguarão e o câmpus Santana do
412 Livramento colocaram em pauta essa questão dos editais de remoção e redistribuição e como
413 encaminhamento naquela ocasião foi sugerido que os câmpus encaminhassem sugestões para
414 os editais; que em reunião com os servidores do câmpus Avançado Jaguarão, a única sugestão
415 foi que se estudasse a possibilidade de ser levado até o promotor que cuida dessa questão se
416 fosse possível que o critério de tempo de exercício efetivo que hoje é obrigatório, no mínimo 36
417 meses no câmpus, que fosse um critério classificatório e não que impedisse o servidor de
418 participar do edital; então a sugestão do câmpus é que seja feita essa análise, este estudo, se é
419 possível fazer isso, porque tem acompanhado os últimos editais de remoção e redistribuição e
420 viu que a maioria dos servidores não tem atendido essa solicitação B.1.1., que é do tempo de

bu

m

Handwritten signatures and initials on the right margin.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

serviço; na ocasião alguns colegas do CONSUP alegaram a falta de continuidade de autorizar essas remoções mas que entende também que, se hoje o servidor entra no instituto e sai em um edital de afastamento para capacitação ele está apto a pedir esse afastamento e ficar de 2 a 4 anos fora, então não tem continuidade, nós temos servidores que trabalharam 6 meses da sua admissão e estão afastados; essa continuidade que se alegou também não é válida e pode ser quebrada nesse item; com relação ao estatuto do servidor ele também não prevê essa obrigatoriedade então a gente só pede que seja analisada esta questão. O presidente disse que já houve ponderações junto ao Ministério Público Federal de Pelotas; que numa judicialização isso pode ser diferente, pois pode ser julgado por num juiz que tenha outro entendimento; desde que começamos a fazer fomos chamados algumas vezes, não só por essas questões das remoções mas também por causa das cotas, que uma das coisas que ficou condicionada pelo MPF é de não remoção durante o estágio probatório; que entendemos muito bem que o servidor entra e pode se afastar amanhã enquanto ele não pode se remover, mas a questão da remoção é muito peculiar do nosso instituto até porque a reitoria na cidade de Pelotas, onde temos uma ação forte do MPF, não sabendo qual o posicionamento dos outros promotores, mas ele tem sido muito insistente nessa questão; que um servidor de Santana do Livramento foi ao promotor que também colocou como condição não negociável, até porque avaliando nossos editais que falam que o servidor tem que ficar 3 anos no câmpus, que não estamos fazendo avaliação de mérito, mas isso depois vai ser judicializado; geralmente conseguem liminares, a liminar não julga o mérito e pode ser alterada na sentença; que para superar talvez um caminho importante seja manter boa relação com o procurador geral da AGU em Brasília, que é o chefe das procuradorias; que as procuradorias das autarquias, das instituições ligadas ao MEC quando sediadas na instituição fazem parte do corpo de gestão, como assessoria e trabalham no consultivo não no contencioso, que este é responsabilidade da AGU central; que Pelotas tem um grupo de advogados da AGU que defende todas as contendas; que como presidente do CONIF poderia tentar em reunião com o novo procurador geral em Brasília, tinha um que já foi procurador geral de Pernambuco, com que tínhamos uma boa relação porque nos conhecia, conhecia nossas peculiaridades e tinha sensibilidade para avaliar dentro da nossa natureza, que dava pareceres que nem eram pareceres eram tipo uma jurisprudência, pegava um tema e dissecava para os procuradores emitirem pareceres o que nos ajudava principalmente nas demandas judiciais; que com o promotor federal de Pelotas não tem mais como avançar, sob pena de ser penalizado; que o melhor seria se não tivéssemos judicializado nada, porque teríamos liberdade até para escolher outras modalidades. O conselheiro Osni Rodrigues disse que é necessário estar atento ao instrumento convocatório, pois os editais hoje preveem que o servidor tem que ficar 3 anos na sua lotação inicial e fica complicado, sem modificar os editais, estender depois às pessoas que já foram ingressaram nessa condição. O presidente reforçou que foi uma das principais questões que o MPF pontuou, além das questões técnicas, que a mudança nos editais seria quebrar a regra que nós mesmos criamos e descompensaria nas ações com servidores; vai tentar um parecer, que talvez ajude na sensibilização, na troca dos editais. O pró-reitor Ricardo Costa falou sobre a proposta de **retificação do Anexo do câmpus Camaquã na OD**, solicitada pelo câmpus via memorando, explicando que se refere à revisão da questão da nota, pedindo a implantação do mesmo processo do câmpus Pelotas, de arredondamento de 0,5 para 0,1, o que é permitido pela OD. A proposta foi aprovada, com um voto contrário. Entrou em pauta a **retirada de CD-4 do câmpus Sapucaia do Sul**. A conselheira Marlise Vitcel disse que a colega, assistente em administração, estava ocupando a função desde o início do ano e teve a CD-4 retirada enquanto gozava férias, em junho, e estava em processo de redistribuição para a UFRGS, o que consideram bastante antiético da parte do instituto; que além do problema pessoal dela, o câmpus não foi consultado nem houve discussão sobre a portaria que retirou a

469 CD, causando problemas de ordem pessoal e política; que o câmpus tem um colega que estava
470 substituindo e teve a CD retirada e o câmpus ficou sem resposta para dar por não ter sido
471 consultado; queria tornar público para os conselheiros e pedir que em hipótese alguma isso
472 acontecesse novamente. O conselheiro Mack Pedroso apoiou as palavras da conselheira Marlise
473 e disse que, como gestor, disse que sabia da retirada da CD do IFSul, mas questionou por que
474 ser do câmpus Sapucaia, uma vez que deveria ser retirada do IFSul, qual o critério estabelecido.
475 E fica difícil para o gestor dizer que não sabe por que o seu câmpus foi escolhido. O presidente
476 disse que em maio o MEC publicou a portaria 423 determinando o recolhimento de uma CD-4
477 que o instituto tinha a mais; que esta publicação foi à revelia dos reitores e do CONIF, mas
478 dando um ano de prazo para que se efetivasse o recolhimento das CDs e FGs dos institutos; disse
479 que o CONIF em seguida foi à SETEC, na semana em que mudou a gestão, e começou uma ação
480 no sentido de não ser tiradas as funções porque tinha um ano de prazo para a adequação, que
481 foram ao MPOG que colocou que, como existia a portaria 423, não entendia que tinha que ser
482 num ano, entendia que tinha que ser até um ano; ou seja, no momento que vagasse um função,
483 seria retirada; como isso não tinha sido pactuado começou um enfrentamento com a nova
484 SETEC que também não sabia e começou a tomar pé da situação; lembrou que na reunião do
485 Colégio de Dirigentes avisou que não era para trocar nada; nenhuma função por correr o risco
486 de perder e estavam negociando o retorno das mesmas aos institutos. Que depois de muitas
487 tentativas, houve entendimento pela SETEC, que nos apoiou mas disse que teria que publicar
488 novamente a portaria; que ficou tranquilo até que aconteceu uma coisa: no câmpus Santana do
489 Livramento tínhamos um colega que ocupava uma CD, mas que era cedido enquanto tramitava
490 o processo de redistribuição. Com a efetivação no MEC da redistribuição do IFFarroupilha para
491 o IFSul, o sistema automaticamente deu baixa da função; inclusive soubemos 10 dias depois;
492 neste mesmo período chegou um documento do câmpus Sapucaia pedindo que dispensássemos
493 a servidora da CD, porque ela ia ser redistribuída, então causa estranheza o câmpus não saber,
494 o formulário não dizia tira essa, coloca aquela; então nós tínhamos uma CD a menos, ela foi para
495 a designação do câmpus Santana do Livramento e entramos em contato com o diretor do
496 câmpus Sapucaia; estamos em conversa com a SETEC e sabíamos que isso seria revertido e
497 esperávamos que a reversão ocorresse até agosto. Ficamos todo julho esperando que a portaria
498 fosse publicada com a devolução da CD, mas com consentimento do câmpus; quando viu a
499 pauta, questionou se ainda não tinha acontecido e então ontem, como presidente do Conselho
500 e estando em Brasília enviou o documento (que apresentou em lâminas) pedindo que o Ministro
501 assinasse com urgência porque estava causando graves problemas, não só para nós, mas para
502 outros institutos. Referindo-se ao documento apresentado na tela, disse que na reunião do dia
503 2/7 do Conselho dos Reitores, o secretário e a servidora Silvilleine, da SETEC, estavam presentes
504 para uma série de pautas, que uma era a devolução da CD; que na reunião feita em Sapucaia
505 colocou que pela portaria 246 teremos diferenças no quantitativo de funções em muitas
506 instituições, nas reitorias e nos câmpus; que depois do pleito a nova gestão do IFSul vai avaliar
507 como ficará isso; mas que hoje foi publicado no D.O.U a portaria que nos devolve a CD-4, então,
508 poderemos nomear assim que o MPOG colocar a função no sistema. Disse que não sabia que
509 tinha tirado CD durante o período de férias da servidora e mostrou o formulário de dispensa de
510 função da servidora, assinada pelo diretor do câmpus, a partir de 12/06. O diretor Mack Pedroso
511 disse que a servidora foi dispensada da função em 12/06, no entanto a portaria que tira a CD do
512 instituto é de maio, um mês depois fizemos a solicitação da dispensa porque a servidora foi
513 redistribuída e não poderia ser mantida, mas a retirada foi antes. O presidente disse que a
514 gestão só soube da exclusão no sistema bem depois. O conselheiro Mack Pedroso disse que a
515 CD foi excluída quando havia servidor substituindo, estava em férias e não podia ter sido
516 retirada; quando ela retornou foi feita a solicitação que viram porque assim é o procedimento.

B

M

Handwritten signatures and initials on the right margin, including names like "Mack Pedroso" and "Marlise".

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like "Mack Pedroso" and "Marlise".

517 Disse que não está reclamando, mas são conselheiros do câmpus e quando o câmpus pede uma
518 explicação e pede para trazer aqui a solicitação, tem que cumprir; que a conselheira Marlise
519 defende a colega porque isso não poderia ter ocorrido; imaginem o servidor que estava
520 substituindo, sem a CD-4 que tem um valor significativo, essa é uma questão; a segunda questão
521 é a questão da retirada; temos que ter cuidado, perguntou por que não foi retirada CD de outro
522 câmpus, do câmpus Santana; que a prioridade deveria ser para um com CD estabelecida não
523 para uma cedência; que deveria ter sido discutido. O presidente disse estar chocado porque foi
524 dada informação no CODIR, talvez o conselheiro não estivesse presente. A conselheira Marlise
525 Vitcel disse que independente da responsabilidade, o fato é que teve uma servidora em férias
526 que teve a CD tirada e pediu que a PROGEP faça análise no sentido de construção para que isso
527 não aconteça mais; que como é praxe, antes de sair em férias foi pedida a CD para os colegas
528 que substituem para tocar o departamento; que num período teve a colega Meri, depois o
529 colega Álvaro e no meio desse período a CD foi retirada; então se foi um erro de
530 encaminhamento da direção pede que a PROGEP auxilie e não permita que isso aconteça
531 novamente porque remete a uma falta de ética entre colegas; que entende que a retirada de
532 CD ou FG só se dá quando a colega retorna de férias. O presidente explicou que a redistribuição
533 não é um ato do reitor, é do ministro e entra em vigor na data em que este assina; que o SIAPE
534 automaticamente altera; que é claro que o gozo de férias a servidora redistribuída leva. O
535 servidor Thiago Giusti disse que em situação normal nunca é feita retirada de CD ou FG durante
536 período de férias do servidor, inclusive o sistema avisa; que o que aconteceu foi que saiu a
537 redistribuição dela, que, como o presidente falou, é feita pelo MEC, não é feita por nós nem pelo
538 instituto que está recebendo; quando acontece isso o próprio sistema faz a migração de um
539 órgão para o outro e automaticamente cai função, cai transporte, se tiver insalubridade, enfim,
540 cai tudo e ela vai para o novo órgão zerada e o novo órgão tem que refazer todo o cadastro.
541 Disse que isso sempre é feito com todo o cuidado e que foi avisado no CODIR a perda de uma
542 CD-4 e que não seria feita nenhuma dispensa de função nesse período até a devolução; que de
543 fato não houve dispensa de função, foi uma redistribuição que acarreta automaticamente a
544 perda da função e o sistema estava programado para recolher esta função, então não tinha
545 como evitar esse acontecimento; que com qualquer servidor que tivesse uma CD-4 e fizesse
546 algum tipo de movimentação isso ocorreria. O presidente disse que a questão agora é esperar
547 que o MPOG lance a CD no sistema, o que deve acontecer em alguns dias, mas precisamos saber
548 quem nomear; que é importante que a direção informe à PROGEP quem será nomeado para
549 que se possa dar continuidade; em relação aos servidores que estavam lá teria que conversar
550 com a PROGEP para ver quais os encaminhamentos, se há encaminhamento legal. O presidente
551 pediu desculpa pela parte da reitoria, mas salientou que são ações que estão acima da gestão e
552 não tem como regularmos e cabe na conversa com a PROGEP para a superação do problema. O
553 conselheiro Mack Pedroso disse que a servidora estava em férias até 27/06, mas o cargo não
554 era dela, era do câmpus, então alguém entrou no lugar dela e por estar em férias estava sendo
555 substituída na função e precisa esclarecer e por isso o pedido de que a **portaria ad referendum**
556 **1697/2016** fosse discutida agora, após esse esclarecimento. Disse que ficou sabendo agora do
557 retorno da CD-4 para o IFSul, então como a CD foi retirada do câmpus Sapucaia, gostaria de
558 condicionar a aprovação desta portaria *ad referendum* a outra *ad referendum* devolvendo-a
559 para o câmpus. O presidente disse que o *ad referendum* foi feito naquele momento porque não
560 podemos manter uma estrutura organizacional sem a função correspondente e logo deverá ser
561 feita outra portaria, retornando a CD para o câmpus Sapucaia. O conselheiro Milton Almeida
562 questionou se, em não homologando a portaria, que não está válida, automaticamente a CD não
563 seria devolvida ao câmpus. A vice-reitora Janete Otte disse que ela é válida até hoje. O
564 presidente lembrou que teve um período que não teve CD. O pró-reitor Manoel Porto Jr disse


565 não ver problema porque ninguém foi nomeado no período, que é só um mecanismo
566 burocrático. O presidente disse não ter agora um parecer técnico e propôs deixar a portaria em
567 suspenso, então fica fora, e se concluir que é ela necessária traz outro *ad referendum* no próximo
568 Conselho. O conselheiro Mack Pedroso disse que não gostaria que fosse assim, para não correr
569 o risco de uma nova retirada de CD-4 sem destinação. O presidente disse que não pode ter uma
570 CD no regimento e não ter no sistema porque isso poderia ser improbidade, por isso precisa de
571 análise da PROGEF para retorno na próxima reunião. O conselheiro Pablo Mendes disse
572 entender que a *ad referendum* foi feita para dar legalidade a um ato que veio de cima para baixo
573 então não tem como tornar a portaria nula; o instituto teve um período sem a CD. O conselheiro
574 Fabian Carbajal sugere aprovar a portaria para não ficar uma brecha muito grande e até porque
575 o substituto no período poderá reivindicar o recebimento de CD que não existia no momento;
576 lamentavelmente há uma situação que não tem como ser atendida; não havendo aprovação
577 ficará uma situação muito confusa. O presidente encaminhou a portaria à votação a portaria
578 1697/2016, lembrando que será feita nova portaria criando a estrutura do câmpus Sapucaia do
579 Sul. O conselheiro Pablo Mendes disse que há poucos itens atrás foi discutida a responsabilidade
580 sobre CDs, FGs e FCCs; então os colegas que substituíram não têm legitimidade nenhuma e se
581 sumiu uma caneta, uma CPU, tomara que nada tenha acontecido, há um limbo, é uma
582 preocupação. O servidor Thiago Giusti apresentou o parecer técnico: explicou que a partir do
583 momento em que houve a dispensa da servidora não houve substituição; para deixar bem claro,
584 a substituição ocorreu no momento que ela estava de férias e até o momento da dispensa da
585 servidora teve substituição e já foi feito o pagamento aos substitutos. No período de 12 de junho
586 até o presente momento nada foi pago porque não existia na estrutura aquela titularidade, não
587 existia substituto. O presidente lembrou que substituição só pode ser paga nos casos de
588 afastamentos legais. A conselheira Marlise Vitcel disse que num CONSUP foi aprovada essa CD
589 para o câmpus Sapucaia do Sul e perguntou como fica essa dispensa no organograma; se volta
590 para o anterior ou fica um vácuo no departamento, como ficam as pessoas que estavam
591 subordinadas, a gente meio que automaticamente se ajustou, mas como ficam todas as
592 coordenações ligadas ao departamento. O servidor Mauro Cunha disse que não tinha nenhuma
593 coordenação ligada a esse departamento; era um departamento *pro tempore* ligado
594 diretamente ao diretor-geral. O conselheiro Mack Pedroso disse que embora o papel diga que
595 não, havia várias pessoas ligadas ao departamento e quem visita o câmpus sabe as condições
596 que têm lá em termos de estrutura, 53 terceirizados mais os motoristas. O presidente salientou
597 que legalmente não tinha esses problemas por não estar especificado no regimento. Colocada
598 em votação, a portaria 1697/2016 foi homologada, com um voto contrário. A conselheira
599 Marlise Vitcel disse trabalhar no setor de certificação do câmpus e, em reunião com a
600 comunicação social e colegas que fazem parte de comissões de eventos, sentiram necessidade
601 de padronização dos certificados e de um sistema que auxilie na certificação porque é tudo feito
602 manualmente; a proposta é criar uma padronização dos documentos em especial uma
603 **certificação digital padrão** a ser adotada em todo o instituto, atendendo atividades de ensino,
604 pesquisa, extensão, eventos e cultura, se os conselheiros acharem interessante pedir apoio à
605 DTI para a criação de um sistema que certifique os eventos de forma automática como a JIC e a
606 Mostra de Extensão; o diretor Paulo Asconavieta disse não ser competência da DTI fazer
607 padronizações, que deve ser um trabalho anterior, mas que pode auxiliar no desenvolvimento
608 do sistema; que consta no plano de ações deste ano da DTI a revisão do sistema que já tem
609 desenvolvido, que não é o ideal, mas pode servir de base; disse que este sistema está disponível
610 para todas as TIs dos câmpus para ser implantado localmente e adaptado às suas atividades;
611 que estão trabalhando num plano sistêmico. O conselheiro Miguel Dinis disse que o câmpus
612 Santana do Livramento fez a solicitação para sistemas que possam fazer a inscrição para alguns



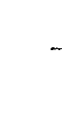

613 eventos e certificação; além disso há a questão dos cursos FIC de curta duração, cuja certificação
614 é feita pela CORAC; que seria interessante conversar com os analistas de cada câmpus, pois as
615 necessidades devem ser levantadas e apontadas por quem trabalha na área; que há
616 peculiaridades como curso de extensão que tem carga horária e conteúdos fixos vai ter
617 requisitos diferentes de uma semana acadêmica que tem a questão de presença que é muito
618 importante; que acredita que alguns câmpus estão fazendo sistemas individuais para atender
619 suas necessidades, mas todos temos as mesmas situações. Reforçou que a DTI na construção de
620 um sistema abrangente deve buscar sugestões de quem trabalha na área, seja coordenadoria
621 de pesquisa, de extensão, CORAC. O presidente Marcelo Bender perguntou se a conselheira
622 Marlise Vitcel estava contemplada com a ação da DTI no plano de ações, tendo a mesma
623 respondido que são duas ações: uma, a construção de documento padrão para a certificação,
624 que precisa de reuniões com quem trabalha e a outra de ter a ferramenta tecnológica da DTI. O
625 presidente propôs que PROEX capitaneie esse trabalho, já que tem experiência com a Mostra.
626 O pró-reitor Manoel Porto Jr disse que a PROEX só certifica as equipes executoras dos projetos,
627 que os câmpus certificam a maior parte dos eventos; que o câmpus Pelotas já tem uma estrutura
628 de certificação grande e que talvez seja bom ouvi-los; que a PROEX pode montar uma comissão
629 chamando os câmpus para ouvir suas necessidades para que seja desenvolvido um trabalho que
630 atenda todas as variações que temos. A conselheira Marlise Vitcel disse haver dúvida na
631 assinatura eletrônica, que utiliza de forma bem rudimentar para mandar os certificados por e-
632 mail, perguntou se tem validade efetiva, como a instituição está entendendo; que isso inquieta
633 porque assinatura digital não é a mesma coisa que digitalizada; que essas condições não se
634 resolvem só com a DTI, precisa uma comissão para discutir, que PROEX, PROPESP e DTI
635 trabalhassem em conjunto para criar um modelo de certificação padrão. O pró-reitor Manoel
636 Porto Jr disse que para ter assinatura eletrônica é preciso a garantia de ter os dados equivalentes
637 ao livro de registros; que isso só foi feito para a JIC e a Mostra, para os outros não se fez;
638 precisaria que a DTI garantisse um sistema de registro confiável; que inclusive há legislação para
639 ter assinatura eletrônica. O diretor Paulo Asconavieta disse que há controvérsias sobre o que se
640 está usando com assinatura digital; que tem havido reuniões com os diretores de TI; que cada
641 instituto faz de uma maneira diferente pois não existe padronização em nível nacional; que
642 agora existe a obrigatoriedade de todos os servidores terem seu *token* para acessar o sistema;
643 já está normatizado mas aguarda a definição de um padrão para ser usado em toda a rede; que
644 o IFRN está à frente nesse trabalho. Ficou definido que a PROEX, com a PROPESP e DTI realizarão
645 trabalho junto com os responsáveis pela certificação dos câmpus, para criar uma normatização
646 que atenda o instituto. O presidente lembrou que a DTI tem um enorme volume de demandas,
647 está no meio de mudança, na implantação do SUAP que já tem uma série de módulos
648 disponíveis, ainda não disponibilizado por não ter pessoal suficiente para dar manutenção.
649 Lembrou que o diretor Rafael Leitzke na reunião anterior tinha se disponibilizado para ajudar o
650 que será feito pelos analistas do câmpus Pelotas. Passou à discussão a solicitação de **apoio para**
651 **reenquadramento de TAEs** e a elaboração de **Moção de Apoio aos Assistentes de Alunos para**
652 **enquadramento no nível D**. O pró-reitor Nilo Campos lembrou que a Lei 11.091/2005 que trata
653 da carreira dos técnico-administrativos tem vários equívocos em relação a níveis de classificação
654 na carreira de técnicos: nível E para superior; que para nível D a habilitação exigida é médio ou
655 técnico profissionalizante, mas para um único cargo deste nível é exigido apenas o fundamental;
656 que isso não é uma avaliação de mérito pois se mobilizaram politicamente e hoje recebem o
657 mesmo que um assistente em administração com exigência menor para ocupação do cargo. O
658 inverso acontece no nível de classificação C, em que a exigência é ensino fundamental
659 completo ou incompleto, mas para alguns, como Auxiliar de Enfermagem, que dizem será
660 extinto, e Assistente de Aluno, esta considerada uma atividade muito importante enquadrada

661 como C e com exigência de D - ensino médio completo ou técnico profissionalizante; salientou
662 a importância do cargo porque não é qualquer pessoa que tem perfil para trabalhar como
663 assistente de alunos; a pessoa não pode ter vícios, ter comportamento que sirva de exemplo,
664 convive com alunos, docentes e técnicos, disse que é possível modificar, tanto que os vigilantes
665 já conseguiram porque que é uma categoria organizada, que trabalha politicamente seus
666 interesses; que se deseja que o assistente de aluno seja repostado, que saia do C e vá para o D;
667 evidente que isso não é uma coisa tão simples, mas tem que ter um começo, que pode ser aqui
668 hoje; que é importante o apoio do Conselho para que o presidente do CONSUP, como presidente
669 do CONIF faça com que esse compre nossa reivindicação e a faça chegar ao MEC e ao MPOG,
670 que tem poder para mexer na lei. Difícil não é, por ser apenas uma alteração; que hoje está
671 falando de assistente de aluno porque foi a categoria que se mobilizou mas isso se aplica a
672 outros cargos, como auxiliar de biblioteca e de enfermagem e eles também tem que se
673 mobilizar; não cabe ficar esperando um movimento sindical em grupo para resolver os
674 problemas de todos porque isso depende de outro tipo de negociação que é a negociação de
675 carreira, de reestruturação da carreira, que deve acontecer; paralelamente, para que aconteça
676 mais rápido é que se busca esse apoio daqui pra cima para poder reenquadrar esses assistentes
677 de alunos, tão importantes num momento em que o governo fala em extinguir cargos, talvez
678 esse; se for das universidades não vê problema pois os alunos são mais maduros mas numa
679 escola como a nossa a função de assistente de aluno deve ser ampliada pois não temos em
680 quantidade suficiente; que as universidades podem repassar para nós, pois são importantes
681 para manter a tranquilidade do ambiente escolar; que esse é o encaminhamento que os colegas
682 de Sapucaia estão trazendo. O conselheiro Mack Pedroso pediu que os diretores reúnam os
683 assistentes de alunos de seus câmpus, buscando adesão em massa; mencionou os servidores
684 Leandro, Ana Cláudia e Katia que pesquisaram e trabalharam muito na construção do
685 documento que se manifestassem e entregou ao presidente o documento assinado pelos
686 servidores de Sapucaia. O presidente comprometeu-se a entregar o documento ao pleno do
687 CONIF e fazer a fala em favor o reenquadramento. Sugeriu que, para que isso se efetive,
688 entrassem em contato com organizações dos outros institutos; que entrassem na página dos
689 servidores do IFSul e divulgassem que está tendo este movimento, que o presidente do CONIF
690 vai apresentar a demanda no pleno, que existe comissão nacional a CNS, que não tem se reunido
691 que era capitaneada pelo professor Antônio Leonel, que era da UFPel, que seria importante
692 conversar com ele também, porque são coisas que para sair têm que ter mais força, precisaria
693 ter um braço no legislativo. O pró-reitor Manoel Porto Jr disse ser importante buscar o apoio
694 da FASUBRA. O conselheiro Osni Rodrigues disse que a essa discussão continua ocorrendo na
695 CNS, que tem representantes do CONIF, ANDIFES, FASUBRA e SINASEFE e acredita que PROIFES;
696 que a proposta da SETEC fala em aglutinação e criação de novo cargo, aglutinando os assistentes
697 num cargo de assistente de assuntos educacionais, nível D, só que a proposta seria colocar em
698 extinção o assistente de alunos, o que não nos serve; que precisamos de fato que eles sejam
699 transferidos para D; até o momento o MPOG alega que isso seria uma ascensão funcional, não
700 tem nenhum parecer que diga o contrário; que desde hoje pela manhã, após reunião com o pró-
701 reitor da PROGEP, o sindicato seção IFSul está entrando nessa luta junto à seção nacional; que
702 na última assembleia foi criado o GTCarreira, do qual participa como coordenador de
703 organização do SINASEFE IFSul e também a servidora Stela, coordenadora de organização; que
704 participaram do GT que teve em agosto quando ficaram mais por dentro das discussões das CNS;
705 teve mais uma reunião com a SETEC quando foram tiradas as pautas das próximas reuniões; que
706 é um movimento lento mas necessário, um movimento político que precisa buscar o apoio dos
707 parlamentares porque é alteração de lei, para fazer o enquadramento, que a extinção não serve
708 neste momento. O pró-reitor Nilo Campos esclareceu que a discussão em Brasília em nível de

709 CNS não inviabiliza o que está sendo proposto aqui até porque o que está sendo discutido em
710 Brasília traria prejuízo para os nossos colegas que já são assistentes de alunos pois não seriam
711 reclassificados e ficariam com prejuízo no nível, pois devem ser reclassificados depois de
712 passarem para a classe D. A conselheira Daiani Luche disse que é pauta do SINASEFE a luta
713 permanente pela racionalização; que o MEC já está de acordo inclusive com essa questão do
714 assistente, o que está trancando a pauta é a questão dos cargos em extinção, porque o sindicato
715 não abre mão de reenquadrar esse pessoal e o governo não quer reenquadrar os quadros em
716 extinção e é premissa do sindicato lutar por todos por isso essas ações são importantes o
717 sindicato tem que dar apoio e colocar na pauta até em especial os assistentes que se está
718 discutindo aqui porque na discussão geral isso está sendo prejudicado mas já tem parecer
719 favorável do MEC em relação a isso. Se conseguir o apoio do CONIF e também apoio político é
720 bem provável que a gente consiga. Este é o primeiro assunto tratado quando se vai a Brasília e
721 está sendo bastante discutido. O conselheiro Osni Rodrigues disse que coloca o representante
722 do SINASEFE à disposição do representante do CONIF junto à CNS, para esclarecimentos ou
723 munição em termos de argumentos. A conselheira Flávia Costa ratificou ser difícil avaliar uma
724 pauta com falta de documentação, ficando difícil discutir a posição do grupo representado; que
725 ouvindo a exposição entendeu a importância do assunto, mas salientou a importância de que,
726 havendo material, ele seja encaminhado com a pauta ao Conselho, permitindo uma discussão
727 com mais qualidade. O presidente disse entender que o encaminhamento é uma carta de grupo
728 de servidores para o presidente do Conselho, então não tem votação. O presidente, em
729 atendimento ao art. 20 do regulamento do CONSUP disse estarem cumpridas as 3 horas
730 previstas para a reunião e perguntou se os conselheiros concordavam em continuar a discussão
731 das pautas restantes, o que foi aceito por todos. O conselheiro Osni Rodrigues perguntou se a
732 pré-COE está na pauta, o presidente disse que não, mas no fim da reunião teria um informe. A
733 servidora Ana Colvara, assistente de alunos do câmpus Sapucaia disse que estão fazendo uma
734 mobilização há algum tempo, que tem tido alguma dificuldade; que hoje pela manhã tentou
735 marcar uma reunião com os assistentes de alunos que pudessem comparecer para trocar ideias,
736 esclarecer, mostrar o documento, mas não teve adesão de todos os câmpus; alguns tiveram
737 dificuldade de chegar até Pelotas. Das ideias dessa reunião tiraram várias atitudes como esse
738 documento que vai chegar às mãos de todos os assistentes de alunos, que os colegas que vieram
739 se sentiram mais motivados em passar a proposta; é um movimento que está começando a
740 tomar força e a vinda aqui para entregar é uma forma a mais de contagiar e provocar a mudança;
741 que é difícil, no IFSul são 74 assistentes de alunos e não se consegue reunir todos, é um trabalho
742 de formiguinha; que a reunião da manhã foi proveitosa, teve troca de ideias, foi um ponto
743 positivo e vai ter várias ações; até para montar o documento foi difícil, uma troca de e-mails,
744 WhatsApp, nem de todos os colegas conseguiram o nome, fazer contato, alguns visualizaram
745 mas não responderam, alguns calavam, mas a ideia é que a coisa cresça além do IFSul; que
746 pessoas do grupo estão fazendo contato com outras instituições; pedem aos conselheiros que
747 incentivem os seus assistentes de alunos a participar da luta. O conselheiro Álvaro Nebel fez
748 coro à manifestação da representante da reitoria por também não ter encontrado material
749 sobre esse assunto; que sabia do assunto através de uma conversa informal dos servidores do
750 Câmpus Pelotas-Visconde da Graça; que todos os diretores sabem do valor e da necessidade
751 máxima dos assistentes de alunos e da injustiça pontuada pelo Nilo; que se o material estivesse
752 disponibilizado todos poderiam ter chegado à reunião muito mais mobilizados, para que essa
753 moção chegasse de forma coletiva ao presidente do CONIF, mas vê falha na secretaria, na
754 reitoria, na organização; teria que ser encaminhada a carta, a justificativa; que na reunião
755 anterior não pode incluir assunto na pauta porque não conseguia abrir o formulário padrão; que
756 tem que obedecer alguns critérios para que as pautas cheguem na secretaria do Conselho,

reforça a pauta de Sapucaia que se não fosse por insistência do diretor também não estaria incluída; que quando há uma pauta da importância dessa, já que os assistentes de alunos são básicos no Câmpus Pelotas-Visconde da Graça e se eles pararem para o câmpus, por isso a reclamação. O presidente disse que tudo que chegou nos 10 dias, conforme o regulamento, foi mandado, esse documento foi recebido agora, então não é culpa da secretaria, da reitoria; que não vai aceitar mais documentos fora do prazo dos 10 dias. A Marlise Vitcel pediu desculpas pelo não encaminhamento da documentação, explicando que a carta foi finalizada na véspera da reunião; que havia vontade de trazer a pauta nesta data; que tem grupo no WhatsApp, com mais de 40 pessoas, muitos do Câmpus Pelotas-Visconde da Graça que não estavam hoje na reunião, mas sabiam que ela estava acontecendo, da pauta; que não pode obrigar os colegas a participarem, mas está colocando a luta para que possam auxiliar com os colegas que estão dispostos a colocar a cara para lutar. Então o documento não foi anexado porque ainda estava em construção, mas nos próximos tomará esse cuidado. O conselheiro Mack Pedroso também assumiu a culpa pelo não envio do regulamento no prazo porque estava sendo revisado. O pró-reitor Nilo Campos perguntou se todas as pautas encaminhadas ao Conselho são acompanhadas de documento. A secretária Marilvana Tavares respondeu que não. O pró-reitor Nilo Campos disse que nem sempre há documento a anexar e que isso não inviabiliza a inclusão de assuntos na pauta. O conselheiro Osni Rodrigues disse que a falta de documentação aconteceu em um terço da pauta, o que não impede a discussão, como também em outras ocasiões pautas deixaram de ser discutidas pela falta do material e encaminhadas para o próximo Conselho, assim como já receberam num dia para discutir e colocar em votação no outro. O conselheiro Mack Pedroso apresentou o **acordo de cooperação técnica com a UFRGS**, válido até 2018. Disse que o documento não foi anexado porque estão fazendo parceria com a UFRGS para doação de microscópio e sempre encontra dificuldades nesse sentido e conta com auxílio da reitoria e a UFRGS quando foi configurar o documento informou que havia necessidade um documento que saiu com data de 27 de julho então não tinha como mandar porque já havia ferido a ordem, encaminhando outro documento fora do prazo. Achou importante trazer o documento porque é um acordo de cooperação técnica entre a UFRGS e o IFSul; que ele não especifica nenhum tipo de atividade, diz que é acordo de cooperação no modo guarda-chuva, que permite a execução de programas, projetos e atividades entre as instituições, válido até 2018, 29 de janeiro. Ficou sabendo oficialmente da existência do documento em 26 ou 27 de julho e achou interessante encaminhá-lo como pauta porque muitas vezes a gente tenta fazer algumas coisas com a universidade e precisa ter um acordo, que a intenção é apenas apresentá-lo. O presidente disse que a partir deste acordo as instituições podem fazer outros, mas para cada cooperação tem que ter um convênio, um plano de trabalho, tem que passar pela procuradoria; que a legislação mudou; que antes se podia fazer convênio guarda-chuva e hoje não é mais possível perante a legalidade porque cada acordo tem que existir com um plano de trabalho específico, não pode ser aberto; para as instituições que queiram fazer ações com a UFRGS ou qualquer outra instituição devem fazer plano de trabalho; mas estamos abertos, devemos cooperar; a ação é importantíssima. A assessora Ana Geller lembrou que este convênio com a UFRGS só tem validade se tiver plano de trabalho e depende muito do que os professores vão fazer, se for um plano voltado à pesquisa, ele tem que seguir os formulários da pesquisa, onde tem todo o trâmite de se trabalhar nessa intenção; que é bem específico; se for um plano de trabalho voltado à extensão, tem que seguir os formulários da extensão; se for ligado ao ensino, tem que passar pelo ensino; e isso, depois que passa pelos setores responsáveis as pró-reitorias encaminham para a DER que encaminha para a Procuradoria Federal e só depois do seu parecer que se pode fazer as atividades; que o reitor vai assinar também um acordo de cooperação com a UFRGS, mas para cada ação tem que fazer o plano, seguindo a documentação e os formulários



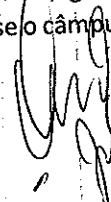
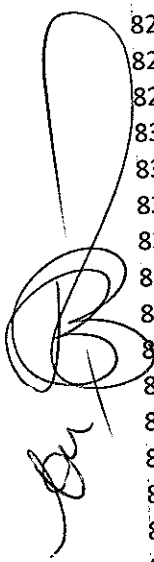
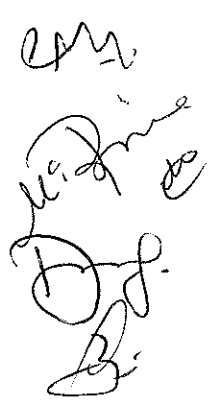
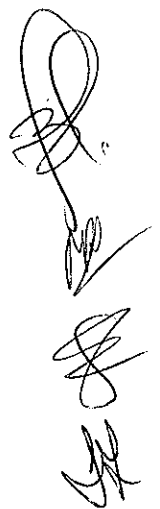





447
H. A. Ring
D. J. B.



११

805 e os procedimentos de cada uma das pró-reitorias. Dando continuidade, o conselheiro Mack
806 Pedroso submeteu à avaliação o **Regimento Interno do câmpus Sapucaia do Sul**. O conselheiro
807 Mack Pedroso disse que gostaria que o documento fosse aprovado neste CONSUP, demanda
808 que os servidores pediram; que houve procedimentos que não foram observados, mas como foi
809 solicitado para ele como gestor trazer, trouxe e insistiu que viesse. A ideia é apresentar a
810 configuração do câmpus e apostar que seja aceito e votado para começar a funcionar de uma
811 vez. O presidente disse que o documento chegou em tempo, mas com algumas condicionantes,
812 seria difícil fazer as avaliações, mas temos alguns pareceres da Procuradoria Federal e dos
813 setores sistêmicos da reitoria, que gostaria que a secretaria lesse. A secretária Marilvana Tavares
814 explicou que recebeu três versões do documento do câmpus Sapucaia do Sul, a primeira, dia
815 22/07, a segunda dia 25/07 e a terceira dia 29/07, a qual todos receberam, porque o conselheiro
816 encaminhou diretamente para todos. Como secretária do Conselho, quando recebeu dia 22, ao
817 abrir o documento, percebeu que ele apresentava vários problemas técnicos, como todos leram
818 na resposta ao e-mail do conselheiro, só que não receberam esta primeira versão, que
819 impossibilitava de fato qualquer análise. Escreveu isto para todos os conselheiros e na reiteração
820 do conselheiro ele mandou uma segunda versão. Ele mandou uma segunda versão dia 25 à noite
821 e dia 26 a secretaria encaminhou por memorando para todos os pró-reitores, diretores
822 sistêmicos, bem como Auditoria Interna e Procuradoria Federal. Dia 27 recebeu documento da
823 DPO dizendo que não iria emitir parecer para a proposta apresentada por entender que
824 precisava de uma revisão completa no documento quanto a sua formatação e apresentação
825 para posterior análise da DPO. No dia 28 de julho recebeu da Auditoria Interna, dizendo que o
826 documento apresenta problemas na formatação, o que compromete o seu entendimento; além
827 disso os artigos encontram-se repetidos e com sequência numérica incorreta; sugere a
828 devolução do documento ao câmpus para que proceda os ajustes necessários e que seja
829 apresentado documento de redação precisa e com sequência numérica correta. Dia 29 veio
830 outra versão que o conselheiro do câmpus enviou para todos e após essa versão ele encaminhou
831 para o presidente do Conselho solicitando uma alteração do anexo; foi encaminhando um novo
832 memorando para as mesmas pessoas que deveriam emitir, onde, a pedido do presidente do
833 Conselho, solicita desconsiderar a versão anterior do anexo e proceder a análise da versão hoje
834 encaminhada. Isso foi dia 1º, pois o documento foi recebido dia 31 de julho no final do dia, quase
835 à noite. Dia 1º a Auditoria Interna encaminhou memorando à secretaria explicando que o
836 documento requer análise técnica criteriosa, uma vez que o parecer da AUDIN visa respaldar os
837 conselheiros e a exiguidade do prazo impede que seja feita até a data do Conselho, sugerindo
838 que seja incluído na pauta da reunião de setembro. Dia 2 de agosto o Procurador Jurídico
839 respondeu que o exame da Procuradoria, por se tratar de ato referente a meios é aconselhável
840 que seja feito após o exame da matéria pelas áreas finalísticas do IFSul e solicitou o prazo
841 previsto no art. 42 da Lei 9784/99 que é a Lei dos Processos Administrativos, isto é, ele só
842 analisará o documento após a emissão de todos os outros pareceres e no prazo de 15 dias
843 conforme preconiza a lei. Também recebemos documento da PROAP dizendo ter observado
844 vários itens que necessitam análise criteriosa e atenta para que possa se manifestar de forma a
845 subsidiar consistentemente os conselheiros e o prazo torna inviável a avaliação. Hoje recebemos
846 da DDI ressaltando que conforme o acertado nas reuniões dos regimentos internos, o
847 documento deveria ser encaminhado com antecedência que permitisse a análise pelas pró-
848 reitorias, diretorias sistêmicas, Auditoria e Procuradoria e os respectivos pareceres pudessem
849 ser enviados aos conselheiros junto com a pauta; que a DDI não pode elaborar um parecer e
850 sugere que o documento volte na reunião de setembro, garantindo um prazo mínimo para os
851 pareceres técnicos e envio aos conselheiros com a pauta, garantindo que os conselheiros
852 também tenham tempo para análise dos pareceres; que se o câmpus resolver revisar novamente



853 o documento e reenviá-lo para parecer, estão encaminhando algumas considerações
854 preliminares sugerindo que o câmpus avalie os pontos destacados revisando o documento onde
855 entender e submeta-o novamente para os pareceres; que constam do documento da DDI duas
856 páginas de considerações. O presidente manifestou-se favorável à retirada do documento da
857 pauta, considerando os pareceres e encaminhamento no próximo Conselho, perguntando ao
858 conselheiro o que pensava. O conselheiro Mack Pedroso esclareceu o porquê da insistência: que
859 foi eleito pelo câmpus e embora tenha que responder existe uma comissão que faz o andamento
860 do processo, que também atende essa comissão e lá, embora diretor, como se trata de um
861 regimento, é apenas mais um, porque se não, não precisava mandar as pessoas fazer comissão,
862 redigiria a quatro punhos. Que encaminhou a pauta e insistiu até com as versões erradas porque
863 esta era uma solicitação da comunidade, não do Mack Leo Pedroso; está falando porque às vezes
864 parece que a gente solicita e a gente tem o ônus de solicitar mas como prega democracia e
865 atende isso na prática no câmpus insistiu em fazê-lo e disse que se o Conselho assim entender
866 e se os pareceres que concorda plenamente com todos se disserem para retirar, tem aqui os
867 representantes docentes, administrativos e alunos que vão dizer que o diretor mesmo sabendo
868 que não poderia, pediu a inclusão e nesse sentido atendeu o câmpus; o regimento não é seu, é
869 do câmpus; agradeceu as contribuições e disse esperar que qualquer documento que venha
870 para o Consup, de qualquer setor, que não esteja devidamente completo que tenha parecer
871 tenha o pedido de retirada, como está fazendo. No sentido de encaminhar para apreciação no
872 próximo Consup, o presidente lembrou que o câmpus precisa encaminhar a estrutura
873 organizacional do câmpus, que não foi encaminhado. Terminada a discussão da pauta, o
874 presidente falou, a título de informe, sobre a possibilidade de iniciar o processo eleitoral em
875 setembro; apresentou em lâminas o cronograma dos calendários, avaliando quando começam
876 e terminam os períodos letivos, inclusive EaD, buscando uma janela que permitisse a
877 participação de todos, mostrando para os conselheiros o que acha que seria importante na
878 agenda da eleição. Lembrou que há 90 dias, a partir do *start* do processo, de acordo com o
879 Decreto 6986, art. 3º e § único e que fazendo dentro deste prazo procura-se eliminar o risco de
880 judicializações ou de anulação, como aconteceu com outros IFES; então a proposta seria 1º de
881 setembro a escolha das pré-COE, que vão organizar as COEs nos seus câmpus, em reunião
882 ordinária; 12 de setembro, homologação das COEs, que vão eleger a COE central, em reunião
883 extraordinária; 04 de outubro, homologação do regulamento e calendário, em reunião ordinária
884 e em 1º de dezembro ou próximo a esta data, homologação dos eleitos pelo CONSUP em reunião
885 ordinária; este calendário daria intervalo entre as reuniões de respectivamente 12, 22 e 56 dias.
886 Novembro é o período em todos os calendários estão válidos; que tem uma parada do câmpus
887 Pelotas-Visconde da Graça de 10 a 24/10, mas teremos a partir de 24 e o novembro inteiro para
888 fazer o processo e setembro seria o mês para eleição, homologação das COEs e aprovação do
889 documento regulatório; que este parece ser um tempo adequado; que esta apresentação
890 atende ao tratado na reunião anterior. A conselheira Marlise Vitcel disse que o assunto deveria
891 ter vindo para a pauta, porque é importante e não tem como não discutir e sugeriu colocar para
892 discutir por ser um assunto importante para seu câmpus. O presidente respondeu que a
893 apresentação de calendário foi proposta na reunião anterior, está na ata. Perguntou se os
894 conselheiros concordam em colocá-lo na pauta; o conselheiro Miguel Dinis lembrou que seria
895 apenas apresentado, pois se incluído como pauta daria hoje o *start*; que ficou definido em julho
896 que seria pauta da reunião de setembro. O presidente disse só ter desenhado o que se pensou
897 naquela data. O conselheiro Miguel Dinis disse que teve questionamento de um colega sobre
898 quem define o período de campanha, se pré-COE ou COE, tendo sido informado que todo o
899 processo é definido pela COE; que ouviu uma possível data de eleição e perguntou qual seria. O
900 presidente respondeu que após definida COE, nestes moldes, o processo pode ser concluído até

[illegible]